

As tradições desviantes do brasileiro: Uma arqueologia da repercussão do “infrapoder” do Corpo Social na crise da COVID-19

José Matheus Lira¹

Sérgio Carvalho Benício de Mello¹

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Durante a pandemia da COVID-19, o Brasil enfrentou desafios ligados à indisciplina social associada ao “jeitinho brasileiro”. Esta pesquisa, utilizando-se do método Arqueológico de Michel Foucault, mediante uma Análise do Discurso Foucaultiana (ADF), analisa o discurso midiático de março de 2020 a junho de 2021, objetivando reinterpretar essa indisciplina como um “infrapoder”, uma resistência à estrutura de poder, e revelar como se dá a sua manifestação no país. Através da episteme “Tradições Desviantes”, destaca-se a necessidade de rever conceitos de ordem, controle e resistência para formular políticas públicas e gerir crises eficazmente.

Palavras-chave: “infrapoder”, indisciplina, Análise do Discurso Foucaultiana, COVID-19, políticas públicas

The Deviant Traditions of Brazilians: An Archaeology of the Repercussions of the “Infra-power” of the Social Body in the COVID-19 Crisis

During the COVID-19 pandemic, Brazil faced challenges related to social indiscipline associated with the “Brazilian way.” This research, using Michel Foucault’s archaeological method through a Foucauldian discourse analysis (FDA), analyzes media discourse from March 2020 to June 2021, aiming to reinterpret this indiscipline as an “infra-power,” a resistance to the power structure, and reveal how it manifests itself in the country. Through the episteme “Deviant Traditions,” the need to review concepts of order, control, and resistance to formulate public policies and manage crises effectively is highlighted.

Keywords: “infra-power”, indiscipline, Foucauldian Discourse Analysis, COVID-19, Public Policies

Introdução

A emergência da COVID-19, causada pelo Sars-Cov-2 no final de 2019, instigou grande apreensão global. A velocidade de sua disseminação evidenciou a fragilidade das nações diante de uma crise sanitária de magnitude internacional (MUKHARYAMOVA *et al.*, 2021; LYNCH, 2020). A resposta global variou significativamente, com algumas nações implementando medidas de contenção eficazes, destacando a importância do engajamento coletivo (NAIR; SELVARAJ; NAMBUDIRI, 2022). No Brasil, contudo, a tentativa de mobilizar a população em torno das medidas de mitigação enfrentou obstáculos notáveis, evidenciando uma peculiaridade cultural: a ambígua indisciplina social, frequentemente atribuída ao “jeitinho brasileiro” (SOUZA, 2017).

Esta pesquisa se propõe a reinterpretar essa indisciplina não apenas como um traço cultural, mas como manifestação de um “infrapoder”, uma forma de resistência intrínseca às relações de poder estabelecidas (FOUCAULT, 1982; 2000). Portanto, este estudo utiliza a Análise do Discurso Foucaultiana (ADF) para explorar como o “infrapoder” se manifestou na sociedade brasileira durante o contexto pandêmico, destacando a indisciplina como uma estratégia de sobrevivência, de subversão e de expressão de conformidade e autoritarismo. Todavia, reconhece-se que, embora

recentemente possa ser observada uma “subversão de direita”, notadamente no que se refere a determinadas lideranças políticas e suas bases, o “infrapoder” como um conceito é transversal, exercendo-se em toda a esfera política.

A falta de um conceito explícito de indisciplina no âmbito cultural brasileiro nos desafia a explorar esta noção além das representações comuns do “jeitinho”, buscando aprofundar o fenômeno (BARBOSA, 1992). Portanto, o “infrapoder” é aqui concebido como um poder exercido pelo corpo social brasileiro, ou seja, pelo conjunto de indivíduos que compõem a sociedade brasileira, englobando diversas classes, etnias e regiões geográficas, através do qual as subversões ao código formal de conduta se tornam mecanismos de resistência, de transgressão e de negociação da identidade cultural em diversos contextos, sobretudo quando um contexto de poder é entendido como excludente e/ou injusto (FOUCAULT, 2000; SILVA, 2022). Tal resistência, embora não antagônica em sua essência, posiciona-se de forma agônica frente ao poder, oferecendo uma perspectiva alternativa para a análise da indisciplina (FOUCAULT, 1982; DREYFUS; RABINOW, 2014).

A metodologia, baseada na Arqueologia do Saber Foucaultiana, analisa o discurso midiático durante a pandemia (março de 2020 a junho de 2021) como uma lente através da qual a realidade social do período é interpretada e apresentada ao público como via para desvendar as formas como o “infrapoder” se articula no contexto brasileiro. Essa abordagem permite não apenas revistar o “jeitinho” sob uma nova ótica, mas também compreender suas implicações durante a crise sanitária da COVID-19. A aplicação da ADF, já reconhecida em estudos em âmbitos culturais (PEREIRA; ARAÚJO, 2022), enriquece a análise ao explorar a indisciplina como uma resposta complexa e multifacetada às circunstâncias impostas pela pandemia.

Portanto, este estudo não se limita a enumerar categorias analíticas, mas busca revelar as “Tradições Desviantes” do corpo social brasileiro como uma *episteme* que reflete a dinâmica do “infrapoder” na sociedade brasileira diante da pandemia, apontando para a necessidade de revistar nossas concepções de ordem, controle e resistência para que seja possível construir soluções tangíveis através de políticas públicas e estratégias de gestão de crises mais assertivas.

A analítica do poder: conceituando o “infrapoder”

Na analítica foucaultiana do poder, entende-se o “infrapoder” como uma forma de poder que coexiste com as estruturas de governo mais abrangentes, não em oposição direta, mas como uma prática complementar ou alternativa dentro do tecido social. O “infrapoder” manifesta-se através de estratégias cotidianas de resistência e adaptação, refletindo a capacidade dos indivíduos e grupos de negociar, reinterpretar e subverter as dinâmicas de poder dominantes (FOUCAULT, 1982).

Abordando a reforma penal francesa do século XVIII, Foucault (2014) a destaca como o marco do início de uma nova economia do poder punitivo, objetivando a sua distribuição de

forma homogênea e evitando sua concentração. Isso reflete uma mudança da luta contra o “superpoder” do soberano para uma gestão mais difusa do poder, onde o “infrapoder” dos ilegalismos e as práticas cotidianas de resistência se tornam fundamentais na configuração das relações sociais e de poder (FOUCAULT, 2014; GIRALDO DÍAZ, 2006).

Segundo Souto (2010, p.32), nesse período havia “entre o superpoder do monarca e o “infrapoder” dos ilegalismos [...] toda uma rede de relações”. Então, essa rede de relações existentes entre esses dois poderes denotava uma implicação e necessidade mútua, uma vez que o exercício do “superpoder” garantia a tolerância aos ilegalismos do corpo social e essa tolerância se convertia em ainda mais pujança para o “superpoder”.

Ademais, o contexto pós-reforma penal construiu uma atmosfera de certeza perfeita em torno das leis, pois se imaginava estar criando no corpo social uma ideia de correlação precisa entre os crimes e as suas respectivas punições (FOUCAULT, 2014; SOUTO, 2010; FRANÇA, 2014). As leis deveriam ser inexoráveis e permear todo o corpo social de forma que os indivíduos se sentissem coagidos a obedecê-las; os executores, inflexíveis quanto à sua aplicação; e o legislador, ser indulgente e humano (FOUCAULT, 2014).

Observa-se, então, que havia a necessidade de que nenhum crime escapasse ao olhar dos encarregados de aplicar a justiça, pois a esperança pela impunidade fragilizava as leis (FOUCAULT, 2014). Foi através do poder disciplinar, um mecanismo normalizador que separa no plano dos saberes a norma e o normal e em outro plano exerce sobre os indivíduos os imperativos dessa norma, que essa atmosfera foi construída (SOUTO, 2010).

Todavia, os ilegalismos não desapareceram com o advento do poder disciplinar, apenas mudaram de matriz, evoluíram e se adaptaram em conformidade ao novo aparato de poder (FOUCAULT, 2014). Para Souto (2010, p. 32), em todo e qualquer que seja o regime, “os diferentes grupos sociais, classes ou castas, têm seu ilegalismo”, sendo este “um elemento absolutamente positivo do funcionamento social, cujo papel está previsto na estratégia geral da sociedade” (SOUTO, 2010, p. 2). Portanto, aponta-se que o “infrapoder” do corpo social é intrínseco às dinâmicas das sociedades, fazendo parte da vida social, política e econômica dentro de todos os regimes e contextos nos quais há exercício de poder e assumindo, por vezes, um caráter ambíguo.

Contemporaneamente, a noção de “infrapoder” é útil para compreender as dinâmicas culturais e sociais. Por exemplo, no Brasil, durante a pandemia da COVID-19, as práticas de indisciplina e resistência às medidas de contenção podem ser vistas como manifestações do “infrapoder”. Essas práticas não apenas desafiam as ordens governamentais, mas também revelam as estratégias através das quais as comunidades negociam e lidam com as crises, adaptando-se a condições muitas vezes desafiadoras (BARLACH, 2013; FERRARI; POULAIN, 2021; SILVA, 2022).

Conceitualmente, examina-se o poder através de sua *microfiscalidade* em práticas cotidianas e locais, ou seja, ele não é monopolizado por macroestruturas, mas sim fundamentado numa cadeia de relações sociais que fluem mediante uma rede de “micropoderes” (FOUCAULT, 1994, 2011). Além

disso, tem-se que o poder não se origina e se fundamenta por si só, mas sim com base em relações sociais. Logo, apreende-se o poder como um exercício que não parte do centro, mas de periferias/capilaridades. Isso implica que, ao se analisar os níveis periféricos do exercício de poder em uma dada sociedade, pode-se culminar na compreensão de como se dá o seu exercício em suas estruturas sociais (DINIZ; OLIVEIRA, 2013) e em suas estruturas institucionais (FOUCAULT, 2011).

Portanto, esta pesquisa busca elucidar como o “infrapoder” se articula nas capilaridades da sociedade brasileira, pensando-o não como um elemento antagônico às macroestruturas de poder, mas como uma forma de poder agônica que emerge dentro do corpo social e é parte constituinte da própria dinâmica social, refletindo um complexo e ambíguo jogo de relações, adaptações, resistências e conformidades (FOUCAULT, 1982; 2014).

A tradução do jeitinho brasileiro sob a ótica foucaultiana

O “jeitinho brasileiro”, comumente interpretado pela teoria social como uma peculiaridade e/ou traço cultural, é reinterpretado neste estudo como uma manifestação do “infrapoder”. À luz disso, a capacidade de adaptação e resistência do corpo social brasileiro, vista anteriormente como uma forma criativa de solucionar problemas ou burlar regras, é entendida como um elemento que se entrelaça profundamente às dinâmicas de poder na sociedade brasileira, refletindo tanto na formação de sua identidade quanto na sua resposta à crise da COVID-19 (BARBOSA, 1992; DAMATTA, 1984; SILVA, 2022).

A emergência do jeitinho como “infrapoder” é um eco das relações de poder coloniais, período no qual estratégias de resistência foram necessárias para a sobrevivência em um contexto de exploração e negligência (HOLANDA, 2014; PEDROSO, MASSUKADO-NAKATANI; MUSI, 2009; GOMES; MORAES; HELAL, 2015). Tais estratégias, ao longo do tempo, penetraram fortemente na sociedade brasileira, convertendo-se em práticas culturais que desafiam a ordem estabelecida, revelando a flexibilidade e a resiliência do corpo social brasileiro¹ diante do exercício de poder (FOUCAULT, 1982; 2014; SOUZA, 2018).

Estudos anteriores já apontaram para a articulação entre o “jeitinho” e as relações de poder, sugerindo que essa característica transcende a mera individualidade ou a esfera do cotidiano, conectando-se a processos históricos e sociais mais amplos responsáveis por moldar a identidade brasileira (e.g., PORTO, 2001; BERNARDINO-COSTA, 2009; RUBIO, 2016). Este trabalho se alinha a tais perspectivas, argumentando que o jeitinho, como “infrapoder”, é uma resposta adaptativa e reflexiva ao exercício do poder que, de modo ambíguo, pode assumir caracteres de sobrevivência, de resistência cultural e de dominação. A partir disso, apontamos que o seu exercício pode servir a diversos propósitos, simultaneamente ou não.

Então, tomar o “jeitinho brasileiro” como categoria de análise histórica requer entender que ele é comumente mencionado nas análises socioculturais como uma manifestação de adaptabilidade, criatividade e malandragem (DAMATTA, 1980; 1986; 2004; FAORO, 2000; BARBOSA, 1992). Todavia, ao propor a sua retomada como um *infrapoder*, possibilita-se a sua exploração em diversos períodos históricos do Brasil, mostrando como esse exercício de poder se adapta e responde às diferentes conjunturas sociopolíticas, a exemplo do período colonial (RIBEIRO, 2014; HOLANDA, 2014; BARROSO, 2017), do período da ditadura militar (SOUZA, 2018; FERNANDES, 2022) e do Brasil contemporâneo (PEDROSO; MASSUKADO-NAKATANI, 2009; BRAGA; BEZERRA, 2017; SILVA, 2022).

Em síntese, a reinterpretação do “jeitinho brasileiro” como uma manifestação do “*infrapoder*” aborda a ambivalência do seu exercício como uma estratégia que emerge da interação entre o indivíduo e o poder. Esta análise se propõe a compreender não apenas as nuances culturais que caracterizam o Brasil e sustentam a continuidade do exercício desse “*infrapoder*”, mas também as complexidades das relações de poder que moldam as respostas sociais em momentos de crise, como no contexto da pandemia da COVID-19. Assim, propõe-se a exploração da sua presença e relevância nesse momento significativo da história recente brasileira, mostrando como o seu exercício se adapta e responde a diferentes contextos e conjunturas sociopolíticas. Esse movimento, inclusive, possibilita a delimitação da sua ambivalência na transgressão à lei, que pode assumir caracteres antagônicos ou não, indo de formas de resistência a recursos de dominação, em que o poder e o controle são negociados em diferentes níveis sociais.

Procedimentos metodológicos e arquivo de pesquisa

Esta pesquisa tem caráter qualitativo, fazendo uso da Arqueologia do Saber como método e da Análise do Discurso Foucaultiana (ADF) como processo investigativo. A rigor, o método arqueológico tenciona a busca pelo saber (GIACOMONI; VARGAS, 2010), por isso, o seu interesse se volta para o discurso real, discurso esse que pronunciado e dotado de materialidade, através da captura dos enunciados, das funções enunciativas, das regras de formação e das formações discursivas. A composição desse método se constrói a partir do desvelamento de seus objetos primordiais: o discurso, o enunciado e o saber (MACHADO, 1981).

Segundo Foucault (2004, p. 157), o método arqueológico “busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras”. Consequentemente, o discurso não é descrito como um documento, um signo diferente e um elemento transparente, mas sim como um monumento, ou seja, a arqueologia se dirige ao discurso em seu próprio volume (SOUZA; MACHADO; BIANCO, 2008).

Ademais, observa-se que a arqueologia estuda a estrutura do discurso inerente às diversas disciplinas que tangenciam as teorias da sociedade, da linguagem e do indivíduo. Para tal, Foucault (2004) busca apoio nas epistemes, espécies de conjunto de relações situadas historicamente “[...] na repartição e repetição de enunciações distintas, aludindo aos campos de saberes que constituem conhecimentos sobre um dado objeto ou fenômeno” (CAMARGO; LEÃO; MOURA, 2020, p. 369).

O uso da ADF como processo investigativo possibilita a identificação de enunciados, funções enunciativas, regras de formação e formações discursivas, tendo como ponto de chegada o desvelamento das epistemes que moldam os saberes dentro de determinado contexto histórico e social (FOUCAULT, 2004; CAMARGO; LEÃO, 2015; LEÃO; COSTA, 2018; LEÃO; MOURA, 2018). A partir dela, busca-se a definição não apenas dos conteúdos manifestos nos discursos, mas também das práticas discursivas regidas por normas, explorando como essas práticas contribuem para a construção e sustentação de saberes sobre a indisciplina brasileira durante a pandemia da COVID-19.

Esse esforço metodológico vai ao encontro de diversos trabalhos que vêm usando a ADF para investigar vários temas dentro do âmbito cultural, incluindo as representações do poder e da resistência em discursos sociais, políticos e médicos, a construção de identidades e subjetividades e a análise de práticas discursivas em contextos históricos específicos (CARVALHO, 2014, 2015; COSTA; LEÃO, 2017; CAMPOS; CIDREIRA, 2018; GOMES, 2018; LONDERO; TAKARA, 2019; SANTOS *et al.*, 2022), provando que a ADF é particularmente útil para estudos que buscam entender como os discursos influenciam e são influenciados pelas relações de poder e conhecimento em diferentes esferas da sociedade.

Logo, a partir da Tabela 1, vislumbram-se as categorias concernentes à ADF.

Tabela 1 - Descrição das Categorias Analíticas

Enunciados
São as unidades elementares do discurso. São dotados de materialidade e tangenciam a estrutura da linguagem e os domínios próprios dos saberes. Sendo assim, são localizáveis no espaço-tempo e portadores de uma determinada regularidade, da qual não podem ser apartados.
Funções enunciativas
Indicam como os enunciados performam, as suas relações e as finalidades dos discursos. São, então, baseadas em quatro critérios: <ul style="list-style-type: none"> a) Referencial: Diz respeito aos objetos e às relações encontradas em uma dada prática discursiva; b) Campo associado: É o espaço de saberes que provê as condições de estabelecimento de agrupamentos entre os enunciados; c) Sujeito: Trata da posição ocupada no âmbito da enunciação do discurso, bem como do status e do local de fala deste sujeito de enunciação; d) Materialidade: Indica as vias através das quais os enunciados são produzidos, se tornam passíveis de repetição, se alinham e, por fim, encontram coerência.

Regras de formação
<p>Se delimitam na posição de condições de existência e de coexistência, manutenção, modificação e desaparecimento de saberes, providenciando condições de possibilidade para as formações discursivas. Baseia-se, também, em quatro critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Objeto: Diz respeito à tentativa de identificar os relacionamentos característicos de uma dada prática discursiva; b) Conceito: Demonstra o estabelecimento de grupos de enunciados, servindo como fator que auxilia na compreensão da organização em que aparecem e circulam; c) Modalidade: Trata de um determinado estilo de enunciação, que compreende sujeitos, locais de fala, status, posições ocupadas pelos sujeitos; d) Estratégia: Corresponde à forma como os conceitos, os objetos e os elementos enunciativos se alinham, se organizam, encontram coerência e estabilidade.
Formações discursivas
<p>São, justamente, os agrupamentos de enunciados dotados de determinadas funções enunciativas e se orientam de acordo com certas regras de formação. Faz referência às regularidades discursivas e permitem a evidência dos fundamentos dos saberes e o desvelamento das <i>epistemes</i>.</p>

Fonte: Adaptado de Leão e Moura (2018) e Camargo, Leão e Moura (2020).

O processo da ADF segue etapas distintas, começando pela identificação de enunciados, seguida pela análise das funções enunciativas, partindo para a identificação das regras de formação e, por fim, perpassando a transformação destas em formações discursivas (LEÃO; MOURA, 2018; CAMARGO; LEÃO; MOURA, 2020). Os critérios de qualidade incluem a clareza na definição de enunciados, a precisão na identificação de suas funções e regras e a capacidade de conectar esses elementos a uma formação discursiva coesa que revele regularidades discursivas subjacentes e *epistemes*. Conforme Revel (2005), estas últimas designam um conjunto de relações responsável por conectar tipos de discursos e correspondente a uma determinada época. São a totalidade dos fenômenos de relações empreendidas entre as ciências ou entre os diferentes discursos científicos constitutivos da *episteme* de uma época.

Fundamentalmente, o método arqueológico tem um caráter documental, sendo assim, faz-se necessária a confecção de um Arquivo de documentos que pode ser composto por vários *corpora* advindos das mais variadas fontes (DUTRA; MELLO; MARCELINO, 2018). Em função disso, o Arquivo desta pesquisa foi construído a partir de dados midiáticos² coletados online de agências de notícias internacionais com redações no Brasil durante o período de março de 2020 a junho de 2021. A coleta iniciou-se marcando uma ruptura com o início da pandemia da COVID-19 e a aprovação do decreto de Estado de Calamidade Pública³ pelo Senado brasileiro. A saturação, ou a identificação de regularidades discursivas, foi alcançada através da análise de 112 notícias que revelaram padrões na forma como o “infrapoder” do corpo social brasileiro e as culturas de indisciplina foram representados no período em questão. Este processo envolveu a pré-seleção e categorização das notícias com base em critérios de relevância para o problema e objeto de pesquisa.

Portanto, delimitou-se o Arquivo de pesquisa mediante a captura de notícias divulgadas por três agências internacionais com redações brasileiras – BBC NEWS, DW e CNN. Justifica-se a exclusão dos principais portais de notícia nacionais e a priorização da imprensa estrangeira em função de razões metodológicas e teóricas relevantes para o estudo, sendo elas: a perspectiva externa, pois optar por fontes de notícias internacionais pode ser uma estratégia para capturar uma visão externa sobre os eventos nacionais, especialmente em contextos altamente polarizados ou quando se busca evitar vieses locais; a comparabilidade internacional, uma vez que, ao estudar fenômenos como a resposta a uma pandemia, que tem impacto global, o uso de fontes internacionais permite uma melhor comparação entre diferentes contextos nacionais, fornecendo uma base consistente para comparar como diferentes sociedades responderam à crise; credibilidade e alcance global, visto que agências como BBC News, DW, e CNN são reconhecidas por sua cobertura global, credibilidade jornalística e imparcialidade percebida.

Assim, os discursos midiáticos extraídos dessas agências são utilizados como lentes mediante as quais a realidade social no contexto específico desta pesquisa é interpretada e apresentada ao público. Tais discursos são analisados não como transcrições diretas da realidade objetiva, mas como construções que refletem perspectivas particulares sobre os eventos e contextos sociais abordados. Neste caso, os discursos são vistos como representações mediadas que oferecem uma interpretação da realidade objetiva. A análise foca em como os meios de comunicação moldam e transmitem informações sobre eventos ou práticas sociais. Embora delimitem uma representação, e não a realidade objetiva em si, o uso de tais discursos contribui com entendimentos relevantes sobre as dinâmicas sociais, culturais e políticas.

Portanto, a seleção das supracitadas agências de notícias assegura que o Arquivo de pesquisa é composto por dados confiáveis e representativos das dinâmicas discursivas em análise. A escolha de agências de notícias com diferentes origens geográficas e editoriais também contribui para uma compreensão mais equilibrada e multifacetada dos discursos em circulação. Dessa forma, a seleção das agências responde a três critérios: 1) ter relativa relevância nacional e internacional, apresentando notícias com credibilidade e idoneidade; 2) contar com campos de busca em seus sites para inserção dos termos de busca; 3) não ter aparente vínculo partidário ou ideológico, garantindo a imparcialidade percebida nas notícias. A partir disso, as mídias escolhidas, como formadoras de opinião e campo de luta discursiva, oferecem um terreno fértil para analisar as tensões, os consensos e as divergências que permeiam a sociedade brasileira no contexto específico.

Uma vez selecionadas as três agências de notícias, os seguintes termos foram inseridos nos campos de busca de cada uma delas, assim como suas variantes em língua inglesa, quando necessário:

1) Brasil Covid (*Brazil Covid*); 2) Brasil Lockdown (*Brazil Lockdown*); 3) Brasil Aglomeração (*Brazil Agglomeration*); 4) Festas Clandestinas (*Illegal Parties*).

Após esse primeiro momento, fez-se uma pré-seleção das notícias que emergiram a partir de dois critérios básicos: 1) assunto ao qual se referiam e 2) aderência ao problema e objeto de pesquisa. Empreendeu-se a pré-seleção através da observação dos itens “título” e “imagens”. Dessa forma, no fim da coleta das notícias e construção do Arquivo de pesquisa, obteve-se um escopo de 152 notícias, divididas entre as três agências, como aponta a Tabela 2.

Tabela 2 - Dados Coletados por Período e Fontes

Agência de Notícias	Ano		Total
	2020	2021	
BBC	19	16	35
DW	26	27	53
CNN	6	54	60
Total	51	101	152

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Através dessa coleta de notícias, fez-se uma análise prévia com o intuito de categorizá-las com base no assunto a que cada uma delas se referia. Desse modo, percebeu-se que o escopo de notícias circundava em torno de 7 assuntos distintos, sendo eles: a) desigualdade social; b) falta de unidade nacional; c) incompetência do governo; d) indisciplina do corpo social; e) informações gerais acerca da pandemia; f) negacionismo e g) postura dos governantes. Além disso, ressalta-se que uma mesma notícia podia apresentar mais de um assunto em seu corpo, portanto, tais notícias foram enquadradas em mais de uma categoria.

Todavia, para apreender com mais precisão o problema de pesquisa e o objeto de estudo, foram selecionadas três categorias, sendo elas: b) falta de unidade nacional; d) indisciplina do corpo social e g) postura dos governantes. Assim, o Arquivo final utilizado na pesquisa é constituído por 112 notícias, como explicitado pela tabela 3.

Tabela 3 - Dados Analisados por Período e Fontes

Agência de Notícias	Ano		Total
	2020	2021	
BBC	12	11	23
DW	19	20	39
CNN	6	44	50
Total	36	74	112

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Apresentação e discussão dos resultados

Neste capítulo, são descritos os resultados obtidos através da ADF realizada. Logo, descrevem-se as categorias analíticas, sendo elas os enunciados, as funções enunciativas e as regras de formação, que dão suporte à formação discursiva. Em seguida, apresenta-se de forma descritiva a formação discursiva desvelada mediante os agrupamentos das categorias analíticas.

Categorias da Análise do Discurso Foucaultiana

Inicialmente, identificaram-se 11 enunciados que são descritos por intermédio de proposições textuais afirmativas (LEÃO; FERREIRA; GOMES, 2016) mediante a Tabela 4.

Tabela 4 - Enunciados

Cód.	Enunciado	Descrição
E01	Apesar das restrições e da ampla divulgação sobre a pandemia, o corpo social brasileiro continuou realizando aglomerações e desconsiderou o perigo do contágio	Descreve que, apesar da imposição de medidas restritivas pelos governos federal, estadual e municipal e da ampla divulgação midiática da situação caótica da pandemia no Brasil, o corpo social continuou aglomerando, demonstrando pouca preocupação com o contágio e negando a gravidade do vírus.
E02	A xenofobia contra os brasileiros se acentuou graças às suas atitudes em relação à COVID-19	Advoga que a xenofobia sofrida pelo corpo social brasileiro no exterior preexiste à pandemia, mas se acentuou devido ao negacionismo e à falta de disciplina empreendidos no período pandêmico.
E03	O isolamento social irregular no Brasil é atribuído à dificuldade de conter a rebeldia popular diante das medidas de mitigação da pandemia	Evoca o fato de que o isolamento social irregular no Brasil é sustentado pela dificuldade de enquadrar a rebeldia popular em função das medidas de mitigação da pandemia.
E04	O corpo social brasileiro desafia as medidas restritivas devido à falta de coordenação governamental na pandemia, refletindo dificuldades no cumprimento de regras sociais e no pensamento coletivo	Discorre que o brasileiro decidiu quanto ao cumprimento ou não das medidas restritivas conforme sua vontade individual e isso foi acentuado com a falta de sintonia dos governantes na gestão da crise pandêmica. Aponta-se, também, a dificuldade do brasileiro em cumprir regras sociais e em pensar no bem coletivo.
E05	O caos na pandemia brasileira é fruto da falta de engajamento coletivo e da negação da gravidade da COVID-19, ocasionando resultados evitáveis	Evoca que o número de mortos e infectados, assim como o caos econômico e social do Brasil pandêmico, é fruto da incapacidade do corpo social como um todo – incluindo cidadãos comuns e gestores públicos – em se engajarem coletivamente no combate ao vírus, levando em conta a sua gravidade.
E06	Indivíduos expuseram-se deliberadamente ao contágio ao se sentirem protegidos individualmente, agravando a situação da pandemia no Brasil	Pronuncia que os indivíduos deliberadamente se expuseram ao contágio pela COVID-19 a partir do momento em que pensaram estar individualmente protegidos e que o seu comportamento não era de risco.
E07	Discursos conflitantes no Brasil levaram as pessoas a verem as medidas contra o coronavírus como uma ameaça à liberdade individual	Evoca que, devido à falta de unidade nacional em torno do discurso científico e do crescimento do negacionismo, criou-se uma confusão social no Brasil, resultando no entendimento, por parte do corpo social, das medidas restritivas como um ataque à liberdade individual e não como uma necessidade para frear o contágio da COVID-19.

Cód.	Enunciado	Descrição
E08	O caos sanitário no Brasil preocupa as autoridades internacionais, pois estas temem o surgimento de novas cepas do coronavírus	Salienta que o caos sanitário brasileiro, ocasionado devido às medidas ambíguas para combater a pandemia e à dificuldade de contenção da população, tem preocupado as autoridades internacionais, que veem seus próprios territórios em risco de contrair novas cepas do vírus.
E09	O corpo social brasileiro resiste a ordens e não se compromete com o bem comum, dificultando a implementação de medidas de contenção devido à propensão para violar regras	Sustenta que o corpo social brasileiro não acata imperativos ordenadores e não se engaja coletivamente. Esse contexto dificulta a efetivação das medidas de contenção, pois repercute a impossibilidade de enquadrar indivíduos naturalmente inclinados à subversão.
E10	As novas cepas do novo coronavírus surgiram devido à gestão conflituosa dos líderes nacionais, ao negacionismo e à dificuldade de controle e engajamento da população	Empreende que as novas cepas do novo coronavírus, a exemplo da variante p1 (gama), descoberta em Manaus, surgiram em detrimento dos problemas relacionados à gestão conflituosa empreendida pelos líderes nacionais, sem que houvesse uma diretriz única, do negacionismo, que incutia na população em geral um descrédito para com a existência e/ou a gravidade da pandemia, e da dificuldade de controle e engajamento da população.
E11	A gestão da pandemia no Brasil foi influenciada pelas vontades pessoais dos líderes nacionais, afetando a resposta à crise	Assevera que a gestão da crise pandêmica no Brasil foi muito focada nas vontades pessoais dos líderes nacionais, notadamente o presidente da república, Jair Bolsonaro, que, voltando-se para suas vontades pessoais e políticas, empreendeu uma guerra com governadores por causa da compra de vacinas e realizou reformas ministeriais, a partir das quais modificou seis ministérios do governo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Em seguida, apresentam-se as funções enunciativas. Diante do Arquivo, identificaram-se 4 funções descritas através da Tabela 5 por meio de orações iniciadas com um verbo no infinitivo (LEÃO; MOURA, 2018).

Tabela 5 - Funções Enunciativas

Cód.	Função	Descrição
F01	Descrever o comportamento social durante a pandemia	Revela as causas e os efeitos do comportamento coletivo empreendido pelo corpo social durante a pandemia, apontando a subversão da ordem como um imperativo inerente de tal comportamento, fato esse que dificultou a implementação plena das medidas de controle da pandemia da COVID-19, vistas como ataques às liberdades individuais e não como mecanismos essenciais.
F02	Destacar a falta de coordenação governamental e suas consequências na adesão às medidas restritivas, no patamar crítico atingido pelo Brasil e na insegurança internacional	Evidencia a falta de consenso entre os líderes nacionais, notadamente o então presidente da república Jair Bolsonaro e os governadores estaduais, como uma das causas das falhas na coordenação governamental e na adesão pública às medidas sanitárias, evidenciando também sua relação com a xenofobia sofrida pelos brasileiros no exterior, com a insegurança internacional e com a possível emergência de novas cepas do coronavírus.

Cód.	Função	Descrição
F03	Evidenciar as dinâmicas políticas e sociais que moldam a percepção das medidas de combate à pandemia	Destaca a exploração das dinâmicas políticas e sociais que permeiam o enfrentamento da crise pandêmica no Brasil, apontando suas influências na percepção popular das medidas de combate à pandemia. Para tal, incluem-se o conflito de interesses entre os agentes políticos nacionais, a desconfiança nas autoridades científicas e a apropriação individual das medidas de restrição.
F04	Demonstrar a prevalência das vontades individuais sobre o bem coletivo, identificando-a como uma falha sistêmica	Indica que tanto o corpo social brasileiro quanto os governantes tiveram suas ações influenciadas por suas próprias vontades individuais, indicando uma falha sistêmica. Por um lado, o corpo social demonstrou resistência às medidas restritivas e falta de comprometimento com o bem comum, o que gerou uma exposição deliberada ao contágio, já que os indivíduos se sentiam protegidos individualmente. Por outro lado, os governantes também foram influenciados por suas vontades individuais durante a gestão da crise, caracterizada pela centralidade das vontades pessoais dos líderes nacionais, o que dificultou a implementação de uma resposta adequada à crise sanitária, resultando em graves consequências para a saúde pública e o bem-estar da população.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O desvelamento das funções enunciativas se apoia na identificação de seus quatro critérios, sendo eles: o referencial, o campo associado, o sujeito e a materialidade (conferir Tabela 1). A seguir, apresenta-se a definição desses critérios por intermédio da Tabela 6.

Tabela 6 - Critérios das Funções Enunciativas

Referencial		
Rf1	Comportamento social	Refere-se ao comportamento empreendido pelo corpo social brasileiro durante a pandemia da COVID-19, incluindo comportamentos como a adesão ou não às medidas de distanciamento social, o uso de máscaras, a busca por informações confiáveis, a participação em aglomerações e o respeito às orientações das autoridades de saúde.
Rf2	Saúde pública	Descreve o cenário em que as ações e reações do corpo social são observadas e analisadas, permitindo o desvelamento de como os indivíduos respondem à crise de saúde pública em termos de comportamentos individuais e coletivos, atitudes e percepções.
Rf3	Medidas de mitigação	Refere-se às ações tomadas pelas autoridades e governos para mitigar os efeitos da crise pandêmica no Brasil. A adesão da população a essas medidas, visto como algo fundamental para o sucesso das estratégias de controle da pandemia, convertem-se em um dos desafios cruciais do Brasil pandêmico, pois ela se conecta a fatores como a confiança nas autoridades, a compreensão da gravidade da crise, as condições socioeconômicas e o acesso a recursos e a informações claras e precisas.
Rf4	Descoordenação governamental	Evidencia a ausência de consenso e alinhamento entre as diferentes esferas de governo e lideranças políticas no enfrentamento da crise pandêmica no Brasil. Essa falta de coordenação ocasionou sérias consequências no que tange ao controle da pandemia, levando a abordagens fragmentadas e incoerentes no tratamento da crise.

Campo associado		
Ca1	Práticas sociais	Refere-se às interações, comportamentos, normas e formas de interação coletivas intrínsecas à sociedade brasileira que influenciaram diretamente o comportamento dos indivíduos durante a crise pandêmica, incluindo a adesão às medidas restritivas, a desobediência cultural e as preocupações com o bem-estar individual em função do coletivo.
Ca2	Políticas governamentais	Destaca as ações, decisões e estratégias adotadas pelas autoridades governamentais para lidar com as questões sociais, econômicas e de saúde pública atreladas à crise pandêmica no Brasil e a forma como elas desempenham um papel fundamental na abordagem da pandemia, gerando impactos diretos na coordenação, na implementação e na percepção das medidas.
Sujeito		
Sj1	Corpo social brasileiro	Representa a coletividade de indivíduos que compõem a sociedade brasileira, não se referindo a uma entidade singular, mas sim a um conjunto de práticas, valores e comportamentos compartilhados por diversos indivíduos.
Sj2	Autoridades governamentais	Representa a posição dos líderes políticos e gestores públicos responsáveis pela tomada de decisões e implementação de políticas relacionadas ao enfrentamento da pandemia.
Sj3	Especialistas	Representa os profissionais qualificados e com conhecimento técnico-científico sobre temas específicos relacionados à pandemia, tais quais virologia, epidemiologia, saúde pública e políticas de saúde.
Materialidade		
Mt1	Pandemia da COVID-19	Refere-se à realidade concreta e objetiva da pandemia, que inclui tanto aspectos físicos e epidemiológicos do vírus quanto as consequências sociais, políticas e econômicas em função da sua alarmante propagação.
Mt2	Restrição das práticas sociais	Articula o modo como as atividades cotidianas do corpo social foram impactadas pelas medidas sanitárias. Tais restrições alteraram diretamente as práticas sociais usuais, resultando em mudanças significativas na dinâmica social.
Mt3	Fragmentação política e institucional	Diz respeito à falta de coordenação e cooperação entre os níveis de governo (federal, estadual e municipal) e entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, o que gera uma fragmentação política e institucional responsável por dificultar a implementação de medidas eficazes de combate à pandemia.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

As relações estabelecidas entre as funções enunciativas e os seus respectivos critérios segue a seguinte lógica: a F01 relaciona-se com os critérios “Rf1 – Comportamento social”, “Ca1 – Práticas sociais”, “Sj1 – Corpo social brasileiro”, “Mt1 – Pandemia da COVID-19” e “Mt2 – Restrição das práticas sociais”; a F02 relaciona-se com os critérios “Rf2 – Falta de coordenação governamental”, “Ca1 – Práticas sociais”, “Ca2 – Políticas governamentais”, “Sj2 – Autoridades governamentais”, “Mt1 – Pandemia da COVID-19” e “Mt3 – Fragmentação política e institucional”; a F03 relaciona-se com os critérios “Rf3 – Dinâmicas políticas e sociais”, “Rf4 – Prevalência das vontades individuais”, “Ca1 – Práticas sociais”, “Ca2 – Políticas governamentais”, “Sj1 – Corpo social brasileiro”, “Sj2 – Autoridades governamentais”, “Sj3 – Especialistas”, “Mt1 – Pandemia da COVID-19” e “Mt3 – Fragmentação política e institucional”; a F04 relaciona-se com os critérios “Rf4 - Prevalência das vontades individuais”, “Ca1 - Práticas sociais”, “Sj1 – Corpo social brasileiro”, “Sj2 – Autoridades governamentais”, “Sj3 – Especialistas”, “Mt1 – Pandemia da COVID-19”.

Além disso, as relações estabelecidas entre as funções enunciativas e os enunciados podem ser apreendidas da seguinte maneira: a F01 relaciona-se com os enunciados E01, E02, E03, E04, E05, E06 e E09; a F02 relaciona-se com os enunciados E04, E05, E07, E08, E10 e E11; a F03 relaciona-se com os enunciados E01, E03, E04, E05, E06, E08 e E011; a F04 relaciona-se com os enunciados E01, E04, E05, E06, E09 e E11.

A terceira categoria apresentada diz respeito às regras de formação. Assim, identificaram-se três regras, apresentadas na Tabela 7 mediante o uso de substantivos ou locuções substantivas (LEÃO; MOURA, 2018).

Tabela 7 - Regras de Formação

Cód.	Regra	Descrição
R01	Exposição da resistência social no âmbito da pandemia	Delimita as condições que permitem a descrição do comportamento do corpo social durante a pandemia, destacando a resistência manifestada coletivamente pelo corpo social frente às medidas de controle e como esse contexto influencia o enfrentamento da crise sanitária.
R02	Desvelamento do impacto das dinâmicas políticas sociais no enfrentamento da crise sanitária	Esta regra estabelece as condições para a análise do impacto das dinâmicas políticas e sociais na resposta à pandemia. Ela permite destacar como as decisões políticas, as relações sociais e os conflitos de poder influenciam a coordenação e a eficácia das medidas de combate à COVID-19.
R03	Demonstração da prevalência das vontades individuais como falha sistêmica	Esta regra define as condições para a demonstração da prevalência das vontades individuais sobre o bem coletivo como uma falha sistêmica. Ela permite analisar como essa predominância de interesses particulares impacta na resposta à pandemia, evidenciando deficiências estruturais e institucionais que dificultam o enfrentamento eficaz da crise sanitária.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

De modo semelhante às funções enunciativas, as regras de formação se apoiam em quatro categorias (objeto, conceito, modalidade e estratégia), apresentadas pela Tabela 8.

Tabela 8 - Critérios das Regras de Formação

Objetivo		
Ob1	Padrão de desobediência	Identificação dos elementos característicos do comportamento de desobediência generalizado observado durante a pandemia, destacando padrões de comportamento que desafiam as autoridades e as medidas de controle.
Ob2	Política personalista	Identificação dos elementos característicos do comportamento de desobediência generalizado observado durante a pandemia, destacando padrões de comportamento que desafiam as autoridades e as medidas de controle.
Objetivo		
Ob3	Prevalência do individualismo	Indicação dos elementos que sustentam a prevalência das vontades individuais sobre o bem-estar e a saúde da coletividade, apontando como o individualismo foi nocivo na resposta à pandemia.
Conceito		
Cn1	Resistência estrutural	Evidencia a resistência social como uma característica estrutural do corpo social brasileiro.
Cn2	Dinâmicas político-sociais	Menção ao papel das decisões políticas e das relações sociais na abordagem da pandemia.

Modalidade		
Md1	Experiência coletiva	Baseia-se na vivência compartilhada pelos membros do corpo social, destacando a forma como a experiência coletiva influencia a percepção e a resposta à pandemia.
Md2	Conhecimento especializado	Fundamenta-se em como o conhecimento técnico e científico sobre temas relacionados à pandemia influencia as estratégias de enfrentamento da crise.
Md3	Poder governamental	Ancora-se nas posições de poder ocupadas por determinados sujeitos, mencionando como essas posições impactam as políticas de mitigação da pandemia.
Estratégia		
Et1	Evidenciação das consequências	Aponta as consequências da resistência social e da descoordenação governamental na resposta à pandemia, evidenciando seus impactos negativos.
Et2	Articulação das dinâmicas políticas e sociais	Esclarece como as dinâmicas políticas e sociais influenciam diretamente a eficácia e o engajamento do corpo social em relação às estratégias de enfrentamento da pandemia.
Et3	Argumentação sobre a falha sistêmica	Argumenta acerca da prevalência das vontades individuais na posição de uma deficiência estrutural e sistêmica que influencia o comportamento social e em como este fator impacta no enfrentamento eficaz da crise sanitária.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

As relações estabelecidas entre as regras de formação identificadas e os seus critérios segue a seguinte lógica: a R01 relaciona-se com os critérios “Ob1: Padrão de desobediência”, “Cn1: Resistência estrutural”, “Md1: Experiência coletiva”, “Et1: Evidenciação das consequências”, “Et3: Argumentação sobre a falha sistêmica”; a R02 relaciona-se com os critérios “Ob2: Política personalista”, “Ob3: Prevalência do individualismo”, “Cn2: Dinâmicas político-sociais”, “Md2: Conhecimento especializado”, “Md3: Poder governamental”, “Et2: Articulação das dinâmicas políticas e sociais”, “Et3: Argumentação sobre a falha sistêmica”; a R03 relaciona-se com os critérios “Ob2: Política personalista”, “Ob3: Prevalência do individualismo”, “Cn1: Resistência estrutural”, “Cn2: Dinâmicas político-sociais”, “Md3: Poder governamental”, “Et2: Articulação das dinâmicas políticas e sociais”, “Et3: Argumentação sobre a falha sistêmica”.

As relações estabelecidas entre as regras de formação e as funções enunciativas são apreendidas da seguinte maneira: a R01 relaciona-se com a F01 e a F04; a R02 relaciona-se com a F01, a F02, a F03 e a F04; a R03 relaciona-se com a F02, a F03 e a F04.

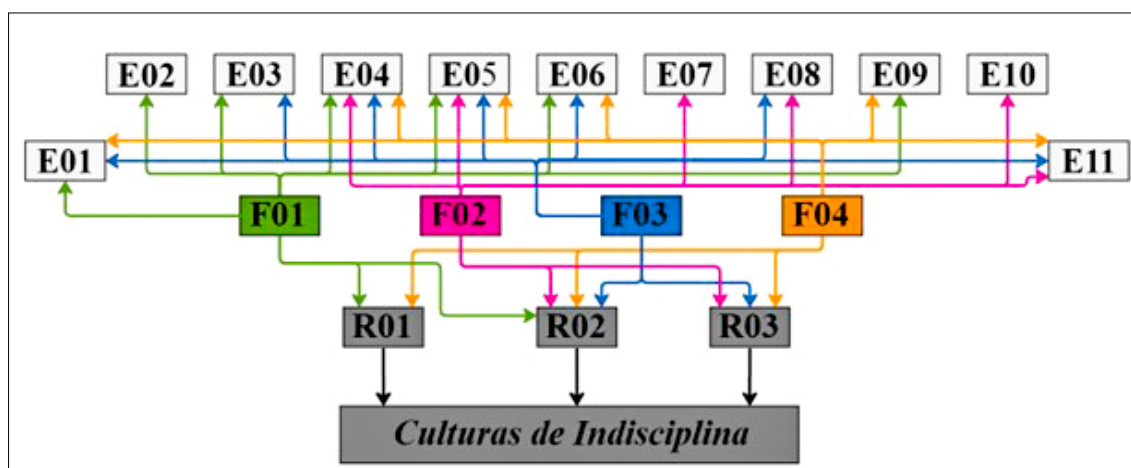
Portanto, a análise das relações estabelecidas entre cada categoria analítica da ADF culmina no desvelamento de uma formação discursiva, discutida na subseção seguinte.

A Formação Discursiva

Denomina-se “Culturas de Indisciplina” a formação discursiva desvelada nos feixes de relações entre as categorias analíticas da ADF através das representações da realidade social pandêmica no Brasil mediadas pelas agências de notícias que foram as fontes dos dados. Tal formação discursiva busca compreender o exercício do “infrapoder” do corpo social brasileiro frente à

pandemia gerada pelo Sars-Cov-2. No Brasil, conjectura-se que, além do desafio imposto pelo vírus, somou-se a dificuldade de engajar a coletividade do corpo social brasileiro em torno das medidas de mitigação. Assim, através da Figura 1, as relações estabelecidas entre as categorias analíticas que guiam a identificação da formação discursiva são apresentadas.

Figura 1 - Mapa da Formação Discursiva



Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Observando-se o mapa da formação discursiva em questão, elencam-se alguns pontos de discussão. Primeiramente, desvela-se um aspecto fundamental mediante o feixe de relações sustentado pela R01, que expõe a resistência social no âmbito da pandemia. Essa regra sustenta-se nas F01 e F04, que versam, respectivamente, sobre o comportamento social coletivo durante a pandemia, destacando a subversão à ordem como um fator intrínseco a esse comportamento e a prevalência das vontades individuais sobre o bem comum, entendido como uma falha sistêmica.

Pressupõe-se, através do contexto apanhado por essa formação discursiva, a existência de certa inclinação do corpo social brasileiro ao indisciplina e ao individualismo de forma irrefletida. Por isso, supõe-se que o corpo social agiu no contexto pandêmico sem realizar um cálculo prospectivo de suas ações e que, por se voltar muito para o seu próprio mundo, por vezes, não captou a essência das medidas de mitigação, entendendo-as mais como “ataques arbitrários às liberdades individuais” do que como “necessidades latentes”.

À vista disso, observa-se que, dentre as medidas de mitigação recomendadas pela OMS (Organização Mundial de Saúde), o isolamento social e o *lockdown* tinham caráter essencial. Todavia, conforme o Arquivo aponta, tais medidas encontraram no comportamento do corpo social um forte obstáculo. Esse resultado se alinha ao pensamento foucaultiano, quando é mencionado que “[...] o problema político moderno [...] está absolutamente ligado à população” (FOUCAULT, 2008, p. 99). A Imagem 1⁴ corrobora esse contexto.

Imagem 1 - Aglomeração Popular em Feira Pública

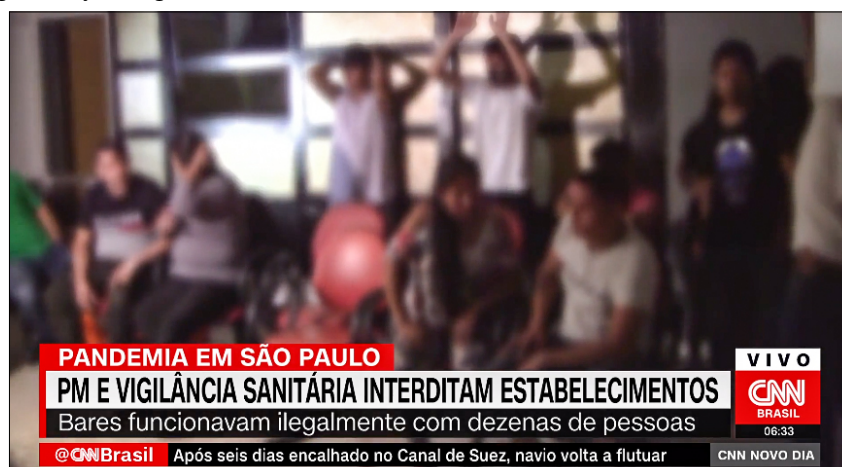


Fonte: BBC (2020).

Com o surgimento do Sars-Cov-2, no final de 2019, surgiu a necessidade de esforços coletivos com fins de superar a crise sanitária vindoura. Através da Imagem 1 e com apoio na formação discursiva, vislumbra-se como o corpo social brasileiro, em sua generalidade, converteu-se em um problema para as autoridades, pois não houve por parte dos indivíduos uma imediata aceitação das medidas oficiais de mitigação. Estes viviam sob uma espécie de “falsa normalidade” (F01, F04, R01), fato que impactou diretamente a gestão da crise, aumentando o número de casos e sobrecarregando o sistema de saúde. Esse comportamento social vai ao encontro do argumento de Foucault (2014), segundo o qual é sugerido que os ilegalismos sustentam as condutas indisciplinadas.

Complementarmente, nuances adicionais das Culturas de Indisciplina são apresentadas através da Imagem 2.

Imagem 2 - Aglomerações Ilegais em Estabelecimentos



Fonte: CNN (2021).

Com o objetivo de controlar a população, via um escopo de medidas semelhantes à mecânica do poder disciplinar (FOUCAULT, 2011, 2014), o Estado brasileiro criou uma série de decretos, a partir dos quais ordenou que bares, casas de festas, igrejas, escolas, universidades e uma série de outros estabelecimentos fechassem visando evitar aglomerações. Todavia, episódios como o ilustrado na Imagem 2 foram corriqueiros, demonstrando o insucesso das ações estatais em engajar a população, o que remete alegoricamente ao comportamento subversivo da população ante às tentativas de controle pelo poder disciplinar (FOUCAULT, 2014).

Tal contexto, sustentado pelo feixe de relações da formação discursiva, aponta que o corpo social brasileiro tem dificuldades em se ordenar coletivamente, pois as vontades individuais e a tendência ao indisciplinamento prevalecem (F02, F03, F04, R03). Logo, compreende-se que as Culturas de Indisciplina aqui referidas apontam para o “indisciplinamento” e o “individualismo” como “características inerentes” do “infrapoder” do corpo social brasileiro (SILVA, 2022).

Com base em Ribeiro (2014) e Holanda (2014), teoriza-se que o brasileiro constituiu a si mesmo através de artimanhas, configurando um certo comportamento arrojado. Tomando isso por base, as Culturas de Indisciplina apontam ainda que o corpo social brasileiro objetiva, através do exercício do seu infrapoder, opções criativas para subverter a ordem estabelecida. A Imagem 3 oferece um exemplo desse contexto.

Imagem 3 - Indivíduos se Aglomeram em Ônibus



Fonte: CNN (2021).

A “balada móvel”, que consiste em uma aglomeração dentro de um ônibus, surgiu como alternativa para a realização de festas fugindo da fiscalização, pois as aglomerações em “ambientes físicos” estavam proibidas. Além disso, outro fator crucial exposto por esse contexto é o descrédito dado às possíveis sanções, multas ou medidas de reclusão. O corpo social, através do caráter arrojado de sua indisciplina, transpareceu que as vontades individuais são soberanas e que a probabilidade de punição pelos seus atos é irrelevante e/ou inexistente.

Ainda em comparação com o conceito de poder disciplinar, nota-se que, no contexto em que Foucault (2014) refere que as normas e as punições deveriam ser claras e objetivas dentro da maquinaria do poder, o intuito era evitar comportamentos desviantes. Todavia, no contexto desta análise, observa-se que uma das possíveis razões pelas quais o corpo social brasileiro empreendeu tais comportamentos desviantes é justamente o “descrédito nas punições” decorrentes de seus atos.

Conquanto, ampliando a análise em função da “falha sistêmica” (R03), tem-se que a inclinação do corpo social brasileiro aos comportamentos desviantes se deve também à falta estrutural de aprendizados sociais coletivos, contextualizados por um abandono histórico (SOUZA, 2004, 2018). Esse apontamento leva à suposição de que, se o brasileiro não se engajou coletivamente em torno de medidas de mitigação, foi devido a essa falta de aprendizados. À luz disso, sugere-se que não foi criado no brasileiro o hábito do disciplinamento, da constância das ações, do método, da exatidão etc. porque não houve interesse estrutural em formar no país uma sociedade coesa (RIBEIRO, 2014; SOUZA, 2018). A aludida “falha sistêmica” aponta, portanto, que não houve interesse por parte do Estado brasileiro em construir certa “coesão social” no corpo social brasileiro. Porém, as razões disso fogem ao alcance da presente formação discursiva.

Em adendo, com fundamento na R02 (F01, F02, F03, F04), alguns impactos das dinâmicas políticas e sociais no contexto pandêmico são revelados. Através das relações que R02 possui com a F02, descortinam-se a acentuação dos episódios de xenofobia sofridos por brasileiros e a insegurança internacional que o Brasil ocasionou. A Imagem 4 ilustra esse contexto.

Imagem 4 - Grupo de Brasileiros Aglomera nos EUA Durante a Pandemia



Fonte: CNN (2020).

Nesse sentido, a formação discursiva acentua que o comportamento social indisciplinado do brasileiro é profundo e conta com um amplo espectro de repercussão. Assim, por meio da Imagem 4, ilustrativa do conteúdo próprio à formação discursiva, observa-se que o corpo social

externalizou mundialmente a sua tendência ao indisciplinamento, solidificando a “imagem desviante” através da qual a mídia o enxerga.

A partir disso, percebe-se que esse profundo comportamento indisciplinado do corpo social brasileiro dá suporte também ao individualismo (R03). Através do individualismo, captou-se no contexto analisado a sobreposição dos desejos individuais à saúde coletiva. Assumindo riscos à vida de milhares de indivíduos conforme uma possível “sensação de proteção individual”, o corpo social se expôs ao vírus e, conjuntamente, expôs toda a coletividade consigo. Porém, tais atos não foram apenas empreendidos em conformidade com o individualismo, mas também mediante o desamparo de parcela desse corpo social pelo Estado. Esse contexto é ilustrado pela Imagem 5.

Imagem 5 - Comerciantes Brasileiros em Serviço



Fonte: DW (2020).

Essa Imagem, conjuntamente à formação discursiva, sugere uma percepção contextualizada de como o desamparo de parcela do corpo social brasileiro é percebido nesta análise. Através dessa leitura, observa-se a presença de indivíduos em situações de maior risco socioeconômico devido a um contexto de marginalização e de vulnerabilidade e que, devido a isso, teve de continuar indo às ruas para garantir o seu sustento.

A despeito das descoordenadas ações do Estado, tais quais o auxílio emergencial, o contexto da análise sugere que, em certos casos, tais ações eram insuficientes, motivando esses indivíduos a se expor ao risco em busca de atender as suas necessidades básicas. Percebe-se, também, que significativa parcela desses indivíduos não faz uso das máscaras de proteção, o que pode ser indício da falta de aprendizados sociais coletivos anteriormente mencionada. Com isso, a formação discursiva aponta que a falha estrutural no que tange à educação da população se tornou perceptível no contexto pandêmico, levando riscos à vida da população. Além disso, esta formação também demonstra que a dificuldade de coordenação das ações do

corpo social se fundamentou nos posicionamentos conflitantes dos líderes nacionais (F02), que ocasionaram “confusão popular”.

Ainda em relação à parcela vulnerável do corpo social brasileiro, percebe-se, através da Imagem 6, que as ações descoordenadas dos líderes nacionais acarretaram a necessidade que essa parcela teve de se virar por conta própria no ápice da pandemia.

Imagem 6 - Voluntária Levando Itens de Higiene para a Favela da Rocinha



Fonte: DW (2020).

Portanto, infere-se que o “infrapoder” não se interpreta apenas como “subversão da ordem”, mas também como “um mecanismo de resistência e sobrevivência” que, assim como outrora mencionado, tem raízes históricas na constituição brasileira (RIBEIRO, 2011; 2014). Esse contexto reverbera, ainda, o caráter ambivalente do “infrapoder” que, conforme o contexto, implica graus de solidariedade, de arrojo, de individualismo e de autoritarismo. No exemplo em questão, a formação discursiva demonstra que, em contextos de crise, o “infrapoder” foi exercido mediante uma “resistência solidária” em resposta à falta de amparo estatal. Logo, o “infrapoder” se converte em solidariedade em situações adversas. Assertiva essa que, porventura, foi notada por Foucault (2014) quando o corpo social se compadecia dos indivíduos supliciados e agia em prol da sua liberdade.

Averigua-se, ainda, que o exercício do “infrapoder” não é um recurso exclusivo do cidadão ordinário, mas também dos indivíduos ocupantes de cargos públicos no Brasil. Um exemplo primordial é Jair Messias Bolsonaro, há época presidente do país. Conforme a Imagem 7, vislumbra-se o seu comportamento durante a pandemia.

Imagem 7 - Jair Bolsonaro Sendo Indisciplinado



Em diversas ocasiões, Bolsonaro participou de atos a favor do governo e fez visitas ao comércio do DF sem usar máscara

Fonte: DW (2020).

Por meio da figura de Bolsonaro, capta-se o descumprimento de inúmeras regras criadas pelo próprio Governo Federal para conter a circulação do Sars-Cov-2, destacando-se a falta de uso de máscaras e o distanciamento social. Exercendo o seu *infrapoder*, Bolsonaro repercutiu comportamentos indisciplinados que, somados à importância do seu cargo, complicou ainda mais a gestão da crise. Tendo isso em vista, esta cadeia discursiva aponta que o exercício do “*infrapoder*” durante a pandemia não emergiu somente do cidadão ordinário, mas também foi exercido e influenciado pelas ações e discursos do presidente da República na época. Este é um ponto crucial da análise de tal formação discursiva, pois assevera que o “*infrapoder*” exercido por Bolsonaro exemplifica a permeabilidade dessas práticas de resistência e de indisciplinamento em todos os níveis da sociedade.

Bolsonaro, ao desobedecer e criticar publicamente as diretrizes da OMS e subestimar a gravidade da pandemia, exemplificou uma forma de “*infrapoder*” que transita do nível individual para o institucional, refletindo o personalismo e o patrimonialismo presentes nas altas esferas de poder (DAMATTA, 1980; 1986, 2004; HOLANDA, 2014), e fez uso da sua posição para transformar prerrogativas públicas em manifestações de vontades privadas, demonstrando que o “*infrapoder*” pode também ser uma ferramenta para líderes políticos, e não apenas para cidadãos comuns.

Assim, a análise sugere que as dinâmicas políticas brasileiras se retroalimentam das dinâmicas sociais, demonstrando que o “*infrapoder*” pode também ser uma ferramenta de uso político. Bolsonaro, tomado como exemplo, repercutiu e amplificou comportamentos que já estavam latentes em segmentos da população e o fez em função de seus interesses pessoais e políticos (E11). Por meio disso, instigou o corpo social a subverter a ordem, instaurou certa confusão social em relação ao acatamento ou não das regras de mitigação e

propagou o negacionismo científico (E10). Esse tipo de comportamento, corriqueiramente associado ao cidadão comum, aqui é invertido, indicando que a liderança pode também adotar essas práticas. As Culturas de Indisciplina aludidas nesta formação discursiva indicam ainda que Bolsonaro exerceu o seu “infrapoder” com base na descrença nas possíveis punições de seus atos.

Diante dessas ações e com fundamento na Imagem 8, indica-se que as medidas de restrição não foram vistas como necessárias por uma parcela do corpo social, mas sim como um ataque às liberdades individuais (F1, F04). Nesse recorte, usando a classe dos comerciantes como exemplo, percebe-se que essa enunciação não passa de uma estratégia de manutenção do *status quo* e também de faturamento, pois a baixa circulação de indivíduos afetaria os negócios.

Imagem 8 - Comerciantes Protestam contra as Medidas de Restrição



Fonte: CNN (2021).

Por conseguinte, observa-se a complexidade que a formação discursiva “Culturas de Indisciplina” oferece ao entendimento do exercício do “infrapoder” do corpo social brasileiro no contexto pandêmico. Perpassando noções como solidariedade, arrojo, individualismo e autoritarismo, enxerga-se sustentáculos profundos que influenciam o seu exercício. Nas considerações finais esses sustentáculos serão vislumbrados através da episteme que se desvela.

Considerações finais

Este estudo abordou o “infrapoder” do corpo social brasileiro com foco nas suas “Culturas de Indisciplina”, objetivando compreender as dinâmicas sociais, políticas e individuais que permearam o comportamento social durante a pandemia da COVID-19. A partir de

um Arquivo constituído de dados midiáticos, foram identificados os modos através dos quais esse “infrapoder” foi exercido.

Diante do percurso analítico, percebeu-se que tal “infrapoder” aporta um espectro de ambiguidade, a partir do qual suas manifestações são respostas contextualizadas às estruturas de poder e não meramente ações isoladas. Portanto, mediante viés crítico, observou-se que o “infrapoder”, como fomentador de subversões específicas, é uma ferramenta útil para compreender as dinâmicas políticas contemporâneas, mas também permite a compreensão de outras dinâmicas mais profundas, como a resistência, a solidariedade, a sobrevivência, o individualismo e o caráter arrojado que perpassam a sociedade brasileira. Assim, justifica-se a importância da análise empreendida, uma vez que o “infrapoder” foi complexificado, sendo visto como uma ferramenta utilizada por diversos grupos para alcançar objetivos variados.

Não obstante, lembrando que Foucault (2014) aponta para o caráter produtivo do poder, percebe-se que o exercício do “infrapoder” em questão está intrinsecamente ligado à própria construção da tessitura social brasileira. Assim, perpassando noções de “normalidade” e “indisciplina”, aponta-se que o comportamento desviante não é performado para meramente burlar uma regra, mas sim como prática contestatórias e/ou de conformidade ativa, que pode ou não questionar a legitimidade das normas.

Nesse sentido, considerando o “infrapoder” exercido pelo corpo social no contexto desta pesquisa, identificou-se certa tendência à *performance desviante*, configurando o “infrapoder” como um desafio à “normalidade” estabelecida. Tal tendência assume, ainda, um caráter ambivalente permeado por sentidos estratégicos (FOUCAULT, 1982, 2014), fluindo em direção à resistência com fins de sobrevivência, à solidariedade e afins, mas também em direção ao reforço de normas dominantes, em alinhamento político com o conservadorismo, aflorando sentimentos individualistas, tradicionalistas e oligárquicos, e apontando para uma suposta configuração “oligárquica” da indisciplina (Freyre, 2015). Há, então, a convergência de uma dinâmica de poder na qual as práticas de indisciplina não são apenas atos isolados de desobediência, mas parte de uma estratégia mais ampla de resistência, materializando-se em ações contrárias a imposições percebidas como arbitrárias ou injustas, e de reforço do *status quo*.

Diante disso, nota-se que as “Culturas de Indisciplina” reveladas na análise performam uma “expressão de agência coletiva”. Em outras palavras, o corpo social brasileiro, em sua totalidade, manifestou no contexto pandêmico tais culturas como ato de recusa e/ou conformidade às expectativas normativas. Por isso, longe de serem incoerentes, tais manifestações indicam uma complexa estratégia social que questiona, subverte, mas também valida as normas impostas, denotando uma constante arena de embate dentro da qual diferentes formas de poder se enfrentam.

Assim, as considerações deste estudo convergem no reconhecimento da complexidade das relações de poder em questão, indicando que o corpo social brasileiro conta com a capacidade de não apenas resistir ao poder, mas também de redefinir os contornos da normalidade. O desafio

que aqui se apresenta é, portanto, compreender como tais dinâmicas podem integrar estratégias de gestão pública que reconheçam e valorizem a diversidade de respostas sociais em tempos de crise.

Em função disso, mostra-se crucial o alcance da estrutura da convergência desses saberes (epistemes), objetivando aprofundar analiticamente as condições de possibilidade do conhecimento, do pensamento e das práticas sociais eliciadas pelas “Culturas de Indisciplina” aludidas na análise. Logo, observa-se que os feixes de relações apresentados pela ADF convidam a episteme “Tradições Desviantes”, como um reflexo da ideia de que tais culturas se enraízam em tradições históricas e culturais brasileiras, caracterizadas pelo exercício do “infrapoder” com fins de resistência à ordem e pela desconfiança nas estruturas de poder estabelecidas com fins de reforçar determinadas posições do *status quo*.

Portanto, as “Tradições Desviantes” sugere a ultrapassagem do “infrapoder” como mera violação de normas sociais, circunscrevendo a existência de padrões socioculturais arraigados na sociedade brasileira que promovem e fundamentam comportamentos desviantes responsáveis por desafiar e/ou reforçar tanto as expectativas sociais quanto as estruturas de poder. Apreende-se, então, as “Culturas de Indisciplina” no período pandêmico não apenas como uma resposta desviante individualizada à crise, mas como parte integrante de uma *tradição* mais complexa de resistência, subversão e conformidade. Lança-se, portanto, o convite para uma reflexão aprofundada sobre as raízes sociohistóricas da indisciplina em questão, destacando como certas práticas socioculturais foram constituídas ao longo do tempo. Então, a releitura do famigerado “jeitinho” como um “infrapoder” traz nuances que complexificam a análise do comportamento social percebido no período pandêmico.

Através das “Tradições Desviantes”, constroem-se pontes com pensadores nacionais. Primeiramente, ao insinuar que o corpo social brasileiro tem dificuldades no que tange às noções de ordenamento, civilidade e comunidade. Mediante Souza (2018), percebe-se que tais dificuldades são indícios da não realização histórica de aprendizados morais e políticos. Para o autor, a identificação e compreensão adequadas de quais aprendizados faltam ao corpo social pode ser a centelha para torná-los realizáveis. Notando-se que, “obedecer a uma regra é antes de tudo uma prática aprendida e não um conhecimento” (Souza, 2018, p. 106), pressupõe-se que, se o corpo social, em sua totalidade, de cidadão ordinário a líderes políticos, exerceu o seu “infrapoder” durante o período avaliado com fundamento em suas “Culturas de Indisciplina”, foi devido a essa falta histórica de aprendizados que enraizou-se em comportamentos não normativos e subversivos.

Conforme Ribeiro (2014), observa-se ainda que o Brasil se constituiu em correspondência à sua ecologia, ao empreendimento colonial, à monocultura e ao escravismo, resultando em uma sociedade nova, forjada com fundamento na apropriação de seres humanos através de severa violência. Tendo isso em vista, sugere-se que as “Tradições Desviantes” foram mecanismos importantes para o fundamento e sobrevivência do corpo social em meio a esse contexto. Através delas, o corpo social produziu as suas condições de existência e de resistência diante de

um exercício de poder estrutural marcado pela violência colonial, pelo abandono constitutivo, pelo autoritarismo e pelo personalismo.

Assim, o desafio de descontinuar essas tradições atualmente é posto em xeque. Se outrora serviam com fins de existência e de resistências, tais tradições, no contexto pandêmico, repercutiram outras facetas que fluíram em direção à contestação da ordem, à confrontação política e estratégica, ao impulso individualista, à conformidade e ao conservadorismo.

Portanto, as epistemes em questão põem em xeque a dialética das “Tradições Desviantes” do corpo social brasileiro, exercidas com caráter ambivalente fundamentado na formação nacional brasileira (Oliveira, 2003). Logo, o “infrapoder” é exercido em conformidade a uma dualidade que transita entre mecanismos de resistência e mecanismos de manutenção de interesses individuais, mesmo que, no contexto avaliado, haja riscos reais de morte e de impacto no bem-estar coletivo.

Nota-se, ainda, que o desafio enfrentado pela sociedade brasileira é compreender que tais tradições não fomentam o comportamento apenas de cidadãos ordinários, mas também de líderes nacionais, que no curso analítico mostraram confundir suas posições pessoais com suas posições públicas, em um movimento semelhante à descrição do “homem cordial” de Holanda (2014), pois tal comportamento denota uma tomada da esfera pública pela esfera privada.

Isso leva à conclusão de que o desvelamento dessa episteme fornece oportunidades para que as complexidades da sociedade brasileira sejam exploradas, desafiando concepções tradicionais. Em adendo, a episteme aponta para os impactos contemporâneos da não realização de aprendizados sociais coletivos (SOUZA, 2018) e de toda a bagagem da formação histórica brasileira. Tais aprendizados, quando realizados, podem motivar mudanças na sociedade, a exemplo do sentimento de comunidade.

Além disso, a episteme descortina a presença marcante de relações de poder nas dinâmicas sociais do corpo social brasileiro que, perpassando a manipulação das ilegalidades conforme o seu aproveitamento estratégico em prol de interesses privados e dominantes, mostra como as “Tradições Desviantes” desvelam movimentos de “subversão a favor da ordem estabelecida” e, dicotomicamente, a sua manipulação como solidariedade configura um movimento de “subversão empática”. Logo, a cadeia discursiva, construída em conformidade com os dados midiáticos constitutivos do Arquivo, reforça substancialmente a compreensão ambígua do “infrapoder” exercido no contexto específico desta pesquisa.

Evidencia-se, pois, a complexa interação entre as disposições culturais e o exercício do “infrapoder” no Brasil pandêmico, emergindo daí a necessidade de se explorar em futuros estudos demais nuances, com fins de expandir e aprofundar o entendimento acerca das dinâmicas de poder performadas pelo corpo social brasileiro. Faz-se primordial, ainda, a investigação de possíveis transformações nas “Culturas de Indisciplina” em resposta a outros contextos específicos, avaliando a eficácia de diferentes estratégias de engajamento e *compliance* social.

Ademais, torna-se relevante explorar como as noções de “infrapoder” e “resistência” se articulam em outros contextos culturais e sociais, fornecendo uma base comparativa para entender a singularidade ou universalidade dessas práticas. Investigar o papel das políticas públicas e das intervenções governamentais na modulação dessas “Culturas de Indisciplina” e no reforço das “Tradições Desviantes” também se faz essencial, focando particularmente em abordagens que fomentem a coesão social, a solidariedade e o comprometimento coletivo. Por fim, reconhece-se a necessidade de maior aprofundamento analítico das repercussões dessas dinâmicas na formulação e implementação de políticas de saúde pública, especialmente em relação aos modos como elas podem ser adaptadas para responder eficazmente às complexidades culturais e sociais brasileiras.

Notas

¹ O termo “corpo social brasileiro” é usado em referência ao conjunto de indivíduos que compõem a sociedade brasileira, englobando diversas classes sociais, etnias e regiões geográficas. É importante enfatizar que o “corpo social brasileiro” não é homogêneo, representando a diversidade e complexidade da população do país e abrangendo uma ampla gama de experiências e identidades sociais.

² Um dado de caráter midiático refere-se a informações e conteúdos produzidos e disseminados por meios de comunicação de massa, incluindo notícias, reportagens, artigos e análises, e não se limita a textos, englobando também áudios, imagens, vídeos etc.

³ Decreto Legislativo nº 6, cuja ementa reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

⁴ Cabe mencionar que todas as imagens utilizadas nesta análise são oriundas do Arquivo de pesquisa desta pesquisa, ou seja, elas são partes constituintes e complementares da cadeia discursiva que deu fundamento à formação discursiva desvelada.

Referências

- BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BARLACH, Lisete. “O jeitinho brasileiro: traço da identidade nacional?” **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 3, n. 2, p. 228-245, 2013.
- BARROSO, Luís Roberto. “Ética e jeitinho brasileiro: por que a gente é assim”. **Palestra proferida na Brazil Conference**, Harvard University, 2017.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos**. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- BRAGA, Sergio Pereira; BEZERRA, Eudes Vitor. “O jeitinho brasileiro: as pequenas corrupções diárias e seus reflexos na morosidade da justiça”. **Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça**, v. 3, n. 1, p. 17-33, 2017.
- BRAZIL HEADS TOWARD 'PERFECT STORM'. **DW** [online], Berlim, 04 jan. 2020. Internacional. Disponível em: <https://www.dw.com/en/coronavirus-brazil-is-headed-toward-a-perfect-storm/a-52983547>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- BRAZIL: STRUGGLING WITH LIFE AFTER COVID-19. **DW** [online], Berlim, 10 jun. 2020. Internacional. Disponível em: <https://www.dw.com/en/covid-19-brazil/a-55179978>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- CAMARGO, Thiago Ianatoni; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza. “Pulando a cerca ponto com: a opinião pública sobre a mercantilização do adultério”. **Organizações & Sociedade**, v. 22, p. 443-463, 2015.
- CAMARGO, Thiago Ianatoni; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza; MOURA, Bruno Melo. “A Ordem do Cânone: episteme da produção discursiva de fãs de ASoIaF sobre GoT”. **Revista Organizações em Contexto**, v. 16, n. 32, p. 365-398, 2020.
- CAMPOS, Baga de Bagaceira Souza; CIDREIRA, Renata Pitombo. “A ordem da roupa em Foucault: as relações de poder presentes no discurso midiático do corpo adornado”. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, n. 3, p. 1-8, 2018.
- CARVALHO, Rodrigo Saballa de. “O imperativo do afeto na educação infantil: a ordem do discurso de pedagogas em formação”. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 1, p. 231-246, 2014.
- CARVALHO, Rodrigo Saballa de. “Análise do discurso das diretrizes curriculares nacionais de educação infantil: currículo como campo de disputas”. **Educação**, v. 38, n. 3, p. 466-476, 2015.

- COMERCIANTES PROTESTAM CONTRA NOVAS RESTRIÇÕES EM SÃO PAULO. **CNN Brasil** [online], São Paulo, 22 jan. 2021. Nacional. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/comerciantes-protestam-contras-novas-restricoes-em-sao-paulo/>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- CORONAVÍRUS: POR QUE O BRASIL TEM TANTAS MORTES APESAR DE POPULAÇÃO JOVEM? **BBC News Brasil** [online], São Paulo, 01 maio. 2020. Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52497230>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- COSTA, Flávia Zimmerle da Nóbrega; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza. “Dispositivo de Potterheads: organização pautada na ordem do cânone”. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, p. 500-523, 2017.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** (Vol. 7). Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- DAMATTA, Roberto. **Você tem cultura**. Explorações: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DAMATTA, Roberto. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- DINIZ, Francisco Rômulo Alves; OLIVEIRA, Almeida Alves de. “Foucault: do poder disciplinar ao biopoder”. **Scientia**, v. 2, n. 3, p. 01-217, 2013.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics**. Londres: Routledge, 2014.
- DUTRA, Hérrisson Fábio de Oliveira; MELLO, Sérgio Carvalho Benício de; MARCELINO, Anderson da Trindade. “Arqueologia do discurso do Vale-Cultura: performance política durante a constituição do seu marco legal”. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 16, p. 204-217, 2018.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. v. 1. São Paulo: Globo, 2000.
- FERNANDES, Luís Eduardo. “Notas críticas sobre corrupção, patrimonialismo e o ‘jeitinho brasileiro’ na formação social brasileira”. **Princípios**, v. 41, n. 164, p. 70-99, 2022.
- FERRARI, Sônia Campaner Miguel; POULAIN, Jacques. “A cultura estética da verdade diante da globalização”. **PARALAXE**, v. 8, n. 1, p. 121-141, 2021.
- FESTAS CLANDESTINAS ACONTECEM EM MEIO À PANDEMIA PELO PAÍS. **CNN Brasil** [online], São Paulo, 01 ago. 2020. Nacional. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/festas-clandestinas-acontecem-em-meio-a-pandemia-pelo-pais/>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- FESTAS CLANDESTINAS DE BRASILEIROS NOS EUA REÚNEM MULTIDÕES E IGNORAM COVID-19. **BBC News Brasil** [online], São Paulo, 19 out. 2020. Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54577923>. Acesso em: 30 jan. 2021.

- FESTA CLANDESTINA NA PANDEMIA PODE SER CONSIDERADO CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA. **CNN Brasil** [online], São Paulo, 03 mai. 2021. Nacional. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/festa-clandestina-na-pandemia-pode-ser-considerado-crime-contr-a-saude-publica/>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- FOUCAULT, Michel. “The subject and power”. **Critical inquiry**, v. 8, n. 4, p. 777-795, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité I** : la volonté de savoir. Paris : Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, Michel. « Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia”. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II**: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 85-123.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. 1ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 29ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- FRANÇA, Fábio Gomes de. “Foucault, o direito e a norma: apontamentos para uma reflexão sobre o saber jurídico”. **Revista Publius**, v.1, n.1, p. 1-18, 2014.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global, 2015.
- GIACOMONI, Marcello Paniz; VARGAS, Anderson Zalewski. “Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva”. **Veredas-Revista de Estudos Linguísticos**, v. 14, n. 2, p. 119-129, 2010.
- GIRALDO DÍAZ, Reinaldo. “Poder y resistencia en Michel Foucault”. **Tabula rasa**, n. 4, p. 103-122, 2006.
- GOMES, Mariana Selister. “Gênero, Colonialidade e Migrações: uma análise de discursos institucionais sobre a ‘Brasileira Imigrante’ em Portugal”. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 38, p. 404-439, 2018.
- GOMES, Danilo Cortez; MORAES, Aline Fábila Guerra de; HELAL, Diogo Henrique. “Fases da cultura e do jeitinho brasileiro: uma análise dos filmes O Auto da Compadecida e Saneamento Básico”. **Holos**, v. 6, p. 502-519, 2015.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ª. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- JUIZ MANDA BOLSONARO USAR MÁSCARA EM PÚBLICO. **DW Brasil** [online], São Paulo, 23 jun. 2020. Nacional. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/juiz-manda-bolsonaro-usar-m%C3%A1scara-em-p%C3%BAblico/a-53918531>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza; COSTA, Flávia Zimmerle da Nóbrega. “Agenciados pelo desejo: O consumo produtivo dos potterheads”. **Revista de Administração de Empresas**, v. 58, p. 74-86, 2018.

- LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza; FERREIRA, Bruno Rafael Torres; GOMES, Victor Pessoa de Mélo. “Um ‘elefante branco’ nas dunas de Natal? Uma análise pós-desenvolvimentista dos discursos acerca da construção da Arena das Dunas”. **Revista de Administração Pública**, v. 50, p. 659-688, 2016.
- LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza; MOURA, Bruno Melo. “Temos que pegar todos! -Discursos identitários sobre o consumo de Pokemon GO no Brasil”. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 17, n. 6, p. 895-913, 2018.
- LONDERO, Rodolfo Rorato; TAKARA, Samilo. “Mídias e análise do discurso: Michel Foucault, possibilidades e limites metodológicos”. In: SILVA, Dalexon Sérgio da Silva; GOMES, Glauco Ramos (org.). **Análises em (dis)curso: perspectivas, leituras e diálogos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p. 193-209.
- LYNCH, Julia. “Health equity, social policy, and promoting recovery from COVID-19”. **Journal of Health Politics, Policy and Law**, v. 45, n. 6, p. 983-995, 2020.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MUKHARYAMOVA, L. M.; ZALYAEV, A. R.; SHAMMAZOVA, E. Yu. “COVID-19: Political challenges for public health”. **Kazan medical journal**, v. 102, n. 1, p. 39-46, 2021.
- NAIR, Nisha; SELVARAJ, Patturaja; NAMBUDIRI, Ranjeet. Culture and COVID-19: impact of cross-cultural dimensions on behavioral responses. **Encyclopedia**, v. 2, n. 3, p. 1210-1224, 2022.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PEDROSO, José Pedro Penteadó; MASSUKADO-NAKATANI, Márcia Shizue; MUSSI, Fabrício Baron. “A relação entre o jeitinho brasileiro e o perfil empreendedor: possíveis interfaces no contexto da atividade empreendedora no Brasil”. **RAM: Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, p. 100-130, 2009.
- PEREIRA, Josana Maria; ARAÚJO, Thays Coelho. “Cultura do estupro: uma análise foucaultiana das discursividades sobre a violência sexual”. **Revista Mediação**, v. 17, n. 1, p. 52-62, 2022.
- PORTO, Maria Stela Grossi. “Impunidade avesso da reciprocidade”. **Sociedade e Estado**, v. 16, p. 336-349, 2001.
- RIBEIRO, Adelia Miglievich. “Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica”. **Sociedade e Estado**, v. 26, p. 23-49, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2014.

- RUBIO, Katia. “A imagem do Brasil nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro”. **Revista USP**, n. 110, p. 66-71, 2016.
- SANTOS, Ana Carla Petersen de Oliveira; CAMARGO, Climene Laura de; VARGAS, Mara Ambrosina de Oliveira; ARAÚJO, Cristina Nunes Vitor de; CONCEIÇÃO, Marimeire Moraes da; ZILLI, Francielly. “Violência institucional hospitalar na prática de cuidado à criança: análise do discurso na perspectiva foucaultiana”. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 31, p. 1-15, 2022.
- SILVA, José Matheus Lira da. Microfísica do Jeitinho Brasileiro: uma arqueologia do infrapoder do corpo social frente à pandemia da Covid-19. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2022.
- SOUTO, Caio Augusto T. “Direito e ilegalismos: reflexões sobre a normalização na obra de Michel Foucault”. **Kínesis: Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 2, n. 04, p. 23-39, 2010.
- SOUZA, Everton David Santos de. **Malandragem à brasileira: o jeitinho brasileiro no road movie Bye Bye Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018.
- SOUZA, Jessé. “A gramática social da desigualdade brasileira”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, p. 79-96, 2004.
- SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.
- SOUZA, Eloisio Moulin de; MACHADO, Leila Domingues; BIANCO, Mônica de Fátima. “O homem e o pós-estruturalismo Foucaultiano: implicações nos estudos organizacionais”. **Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 71-86, 2008.

JOSÉ MATHEUS LIRA (mateus.liras@ufpe.br)

é doutorando em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil) com período sanduíche na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (Paris 1, França), mestre em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil) e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE, Recife, Brasil). É pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos e Política da Mobilidade (MOBIS, Recife, Brasil).

 <https://orcid.org/0000-0002-3726-4507>

SÉRGIO CARVALHO BENÍCIO DE MELLO

(sergio.mello@ufpe.br) é Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil) e bolsista de produtividade em pesquisa nível 1D do CNPq. É doutor em Business Studies pela City St. George's, University of London (CSG-UOL, Londres, Inglaterra), mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil) e em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil) e graduado em Administração pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, Recife, Brasil) e em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). É coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Política da Mobilidade (MOBIS, Recife, Brasil).

 <https://orcid.org/0000-0003-3740-9160>

Colaboradores

JMLDS trabalhou na concepção, no delineamento, na análise e interpretação dos dados e na redação do manuscrito. SCBDM trabalhou na concepção, no delineamento, na revisão crítica e na aprovação final da versão a ser publicada.

Recebido em: 10/04/2024

Aprovado em: 26/03/2025

Editor responsável: Michel Misse